

DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v26i0.8651513>

Intoxicação do(a) trabalhador(a) por Agrotóxicos. Menck, Serafim e Oliveira



SEGURANÇA
alimentar e nutricional

Intoxicação do(a) trabalhador(a) rural por Agrotóxicos: (sub)notificação e (in)visibilidade nas políticas públicas de 2001 a 2015

Vanessa Fracaro Menck¹, Milena Pavan Serafim² e Julicristie Machado de Oliveira³

O objetivo deste trabalho foi compreender como a questão das intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais é reconhecida pelos diferentes atores governamentais, bem como pelos movimentos sociais e outras organizações não governamentais. Foi realizada uma análise documental de planos, políticas, programas e ações para o período de 2001 a 2015. Observou-se que as demandas por ações de proteção à saúde do(a) trabalhador(a) rural são recentes e que se prioriza ainda os direitos do consumidor e as necessidades de mercado. Existem conflitos de interesses que se expressaram nos próprios programas de governo e na atuação de diferentes ministérios. A visibilidade da questão da intoxicação do(a) trabalhador(a) rural por agrotóxicos nas políticas ocorre mais ao final do período estudado, por intensa influência de instituições de pesquisa e pesquisadores considerados ativistas.

Palavras-chave: Agrotóxicos, políticas públicas, intoxicação, trabalhadores, população rural.

Rural workers pesticide intoxication: (sub)notification and (in)visibility in public policies from 2001 to 2015

The aim of this paper was to understand how different government sectors, social movements and other non-governmental organizations recognize the rural workers pesticide intoxications issue. Governmental plans, policies, programs and actions, developed between 2001 and 2015, were analysed. It was observed that rural workers health actions and demands are recent and the most important concerns related to pesticide relies on the consumer rights and marketing needs. There are conflicts of interest expressed on the government plans and ministries actions. The visibility to pesticide intoxication in rural workers occurs recently, due a great influence of research institutes and activists researchers.

Keywords: agrochemicals, public policies, poisoning, workers, rural population.

¹Nutricionista, Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP. Tel.: (11) 98968-5744. E-mail: vanessa.menck@gmail.com.

²Professora Doutora. Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP. Endereço para correspondência: Rua Pedro Zaccaria nº 1.300, Jardim Santa Luiza, Limeira, SP. CEP. 13484-350. Tel. (19) 37016708. E-mail: milena.serafim@fca.unicamp.br.

³Professora Doutora. Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP. Endereço para correspondência: Rua Pedro Zaccaria nº 1.300, Jardim Santa Luiza, Limeira, SP. CEP. 13484-350. Tel. (19) 37016720. E-mail: julicristie.oliveira@fca.unicamp.br.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

As importantes transformações que ocorreram no campo brasileiro, intensificadas com a modernização da agricultura, alteraram profundamente o cenário do trabalho rural. Anteriormente, a agricultura baseava-se em técnicas mais adaptadas às condições naturais e havia maior participação humana no processo produtivo. Posteriormente, o uso de insumos de origem industrial, vinculado a uma homogeneização das técnicas de produção, potencializou a adoção de máquinas, equipamentos, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, sementes e técnicas de processamento. Tais tecnologias, desenvolvidas para outros fins, foram direcionadas para a agricultura a partir de um discurso de necessidade de aumento de produção de alimentos.

De fato, as referidas mudanças resultaram em maior produtividade de alimentos, porém os avanços em relação à superação da fome são questionáveis tendo em vista que estatísticas recentes indicam aumento do número de pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) no mundo^[1]. Assim, para além de produção, problemas como conflitos sociais, crises econômicas, guerras, falhas de distribuição e desperdício de alimentos devem ser considerados como fatores condicionantes da IAN.

Ademais, as mudanças ocasionaram impactos para o ambiente e para a condição de saúde do trabalhador rural^[2]. Sabe-se que os resíduos das substâncias utilizadas no sistema agroalimentar não permanecem apenas nos locais de aplicação e, por meio da água (chuva, rios, lençóis freáticos), solo e ar, os agrotóxicos, os metais pesados, dentre outros, se espalham por diferentes territórios^[3].

O(a) trabalhador(a) rural expõe-se aos agrotóxicos em todas as etapas de produção: compra, transporte, preparo e manipulação do produto, porém nessas duas últimas fases a exposição ocorre de forma mais crítica e intensa^[4]. Portanto, o(a) trabalhador(a) rural é considerado(a) o grupo populacional mais afetado pelos agrotóxicos.

Em relação aos agravos à saúde, a intoxicação por agrotóxicos pode resultar em impactos agudos ou crônicos, como náusea, vômito, diarreia, cólica, dor de cabeça, tontura, coceira, dermatite, alteração hepática, renal, reprodutiva, desregulação endócrina,

neurotoxicidade, desenvolvimento de neoplasias, dentre outros^[5].

Apesar das consequências à saúde decorrentes do uso de agrotóxicos estarem bem documentadas na literatura científica, a subnotificação dos casos de intoxicação contribui para a “invisibilização” do problema.

Segundo Tosetto^[6], que estudou as causas das subnotificações de intoxicação por agrotóxicos em Laranjeiras do Sul, Paraná, as dificuldades no registro das informações ocorrem quando há ausência de relato de intoxicação pelo(a) trabalhador(a) por dificuldade de acessar um serviço de saúde; quando há atendimento à saúde, mas os profissionais relacionam a sintomatologia com a de outros agravos ou doenças ou não conseguem confirmação por exames laboratoriais; e quando o registro não é efetivado nos sistemas de informação por excesso de tarefas ou ausência de percepção dos profissionais de saúde sobre a importância do preenchimento dos dados.

Para notificar um caso, o profissional de saúde deve preencher uma ficha onde há campos para registro de informações pessoais do paciente, bem como dados do atendimento como exames, sintomas e hipóteses de diagnóstico. Posteriormente, a ficha deve ser encaminhada para o setor responsável pela inserção dos dados em sistema^[7].

Diante desse cenário de subnotificação, alguns movimentos sociais em busca de melhor qualidade de vida e das condições de trabalho rural (muitas vezes precárias e prejudiciais à saúde) e da luta pela reforma agrária ganharam força^[8,9].

O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) – 2002 – da “Coligação Lula para Presidente” desenvolveu um projeto complementar denominado de “Vida digna no campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar”. Esse projeto, paralelamente à priorização da participação popular, justiça social e ambiental, valorização da cultura e das diversidades regionais, apresentava como objetivo reforçar a agricultura como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento e do combate à fome, mas, mais do que isso, priorizava o(a) produtor(a) familiar a partir de um conjunto de ações contidas em uma “Política de

Desenvolvimento Sustentável e Solidário” no meio rural^[10].

Apesar das intenções contidas no programa, parte das ações governamentais realizadas, por meio de diversas políticas públicas, em especial a de crédito, fortaleceram a indústria e o agronegócio^[11], priorizando suas demandas em detrimento dos interesses dos(as) trabalhadores(as) rurais. Em certa medida, a referida priorização pode ter negligenciado a atenção à saúde dessas classes, tornando-as vulneráveis à indústria crescente de agrotóxicos.

Em relação à regulação do emprego desses agrotóxicos, setores governamentais responsáveis pela agricultura (regulação do uso das substâncias de acordo com a cultura e do descarte das embalagens), e saúde (avaliação toxicológica, vigilância em saúde), como os Ministérios como o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o da Saúde (MS) desempenham papel fundamental no processo avaliação e liberação do uso no Brasil^[12].

Tendo em vista que as discussões sobre a utilização de agrotóxicos no Brasil emergem em um campo de disputas políticas com forte tendência a preservação de interesses econômicos, o objetivo deste trabalho foi compreender como a questão das intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais é reconhecida pelos diferentes atores governamentais, tais como o MAPA, o MS, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio de suas ações, normativas e políticas públicas. Como há também a atuação de diversos movimentos sociais e outras organizações não governamentais na luta contra os agrotóxicos, buscou-se compreender como se desenvolve a participação desses atores na discussão das referidas ações e políticas governamentais.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um trabalho de análise documental, cujo recorte abarcou o período de 2001 a 2015, iniciando-se com buscas nos sites dos quatro ministérios selecionados, MAPA, MS, MDA e MDS, para identificar planos, políticas, programas, ações principais e formas de atuação em relação ao uso dos agrotóxicos, bem como a percepção do risco com atenção mais específica ao(a) trabalhador(a) rural.

Foi realizada leitura da história dos ministérios, de seus objetivos como órgãos governamentais, das ações e metas de suas secretarias, principais documentos, textos dos planos, políticas, programas e ações relacionadas ao tema. Foram analisados também os programas de governo dos mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, assim como as propostas de Planos Plurianuais (PPA) e os respectivos planos aprovados.

Os dados foram sistematizados e dispostos cronologicamente, na forma de fichamentos, com nome do autor, data, ministério ou organização a qual se referia, trechos importantes na íntegra e as interpretações. Não foram realizadas buscas por palavras-chave nos documentos, pois o intuito foi captar a sutileza e as transformações no discurso de cada um deles. Porém, alguns termos foram considerados importantes para nortear as discussões, como agrotóxico(s) (e seus correspondentes em alguns estudos: “pesticida”, “insumo químico”, “agroquímico”), intoxicação, contaminação, agricultor(a) familiar, atenção em saúde, agricultura orgânica, agroecológica, (In)Segurança Alimentar e Nutricional (SAN ou IAN), vulnerabilidade e risco.

Nos documentos, buscou-se compreender as transformações no discurso, ou seja, se o olhar perante a questão do(a) trabalhador(a) rural nas políticas permaneceu o mesmo, ou se alterou ou se foi incorporado nas propostas.

Documentos das Conferências de SAN, de instituições de pesquisa, universidades e movimentos sociais considerados relevantes ao tema, como da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e Instituto Nacional de Câncer José de Alencar (INCA), foram incluídos nas análises.

Considerando-se a relevância e o aprofundamento nos últimos anos das discussões conducentes à SAN e a incorporação da reflexão acerca dos alimentos transgênicos e do uso de agrotóxicos, os relatórios e cartilhas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) também foram incorporados ao arcabouço documental deste trabalho.

Nesse sentido, a hipótese que norteou a pesquisa é de que, em governos supostamente comprometidos com as classes populares, no qual ações referentes à agricultura familiar, ao modelo agrário de produção, ao acesso à alimentação e combate à fome, dentre outras, ganhariam força as discussões e as preocupações sobre as intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais que, então, seriam (ou deveriam ser) introduzidas nas agendas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa quanto à compreensão e a atuação dos diferentes atores governamentais, mencionados anteriormente, sobre as intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais. Os resultados estão divididos em períodos históricos (Programa de Governo, Governos Lula e Governo Dilma), buscando explicitar as mudanças (ou não) na incorporação de medidas preventivas e/ou interventivas em relação às intoxicações.

Período 1: Programa de Governo, 2001 a 2002

O “Projeto Fome Zero” foi lançado em sua versão final um ano antes das eleições presidenciais de 2002. Foi elaborado pelo Instituto da Cidadania que, na época, era presidido por Luís Inácio Lula da Silva. A ênfase principal do documento é no combate à fome e garantia do acesso à alimentação^[13]. Esse projeto surgiu em um contexto em que se iniciavam os movimentos mais efetivos que culminaram no desenvolvimento de diversas políticas públicas brasileiras de SAN.

Apesar de trazer um conjunto de informações de forma histórica, com conceitos desde a construção da SAN, em nenhum momento discorre sobre as intoxicações ocupacionais por agrotóxicos decorrentes do trabalho rural.

O conjunto de propostas para as eleições do ano de 2002 da “Coligação Lula Presidente” foi organizado em cadernos temáticos, dentre os quais se destacam: “Saúde para a Família Brasileira”, “Vida Digna no Campo” e “Meio Ambiente e Qualidade de Vida”^[10;14-16]. São documentos com fortes críticas ao modelo econômico vigente e ao governo anterior por seu incentivo aos oligopólios e monopólios no campo.

Na análise do documento “Vida Digna no Campo”^[16], partiu-se da hipótese de que, ao adotar esse título, traria à tona a questão das intoxicações do(a) trabalhador(a) rural por agrotóxicos, já que essa população é a mais afetada pelo uso desses produtos. No entanto, as questões tratadas ignoram a temática da intoxicação por agrotóxicos. O documento foca apenas nas desigualdades que são fomentadas pelo modelo agrário de produção e da competição desleal entre agricultores familiares e latifundiários^[15].

Período 2: Governo Lula, 2003 a 2011

Tanto nos projetos do primeiro mandato como nos PPA e nas políticas públicas subsequentes^[10;17-19], a ênfase e as justificativas para o incentivo à agricultura familiar permeiam a questão econômica de forma mais forte que a social.

Apesar do discurso das políticas não versarem de forma contundente em relação aos agrotóxicos, algumas ações e programas, como o “Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos” (PARA)^[20], chamou a atenção da mídia e da população em geral. Apesar de ser um grande avanço, o PARA não avaliava os principais agrotóxicos utilizados no Brasil, algumas *commodities* alimentares (soja e cana-de-açúcar, por exemplo), alimentos industrializados ou de origem animal.

Assim, a discussão privilegia os direitos do consumidor e enfatiza a estimativa de resíduos nos alimentos, evidenciando maior preocupação com o risco à saúde de quem come e ingere as substâncias. Não há, portanto, menção sobre os impactos que os agrotóxicos podem ocasionar na saúde a curto e longo prazos dos(as) trabalhadores(as) rurais, o grupo potencialmente mais afetado. Essa discussão, então, parece ter sido capaz de provocar a reflexão em certas camadas da sociedade, mas não teve força para visibilizar os invisíveis.

O CONSEA também foi um ator importante nesse período, ainda que tenha excluído a questão das intoxicações dos(as) trabalhadores(as) de seus documentos. Apesar disso, a temática da agricultura e do trabalho no campo sempre esteve no centro das ações do CONSEA^[21;23]. Ao contrário do que se via nas outras ações de políticas públicas, onde não se encontrava uma problematização em relação ao uso de agrotóxicos, o CONSEA se colocou de forma crítica e

vem promovendo uma reflexão sobre o seu uso ao longo dos anos.

Na mesma direção, o Plano Nacional de Saúde^[24] foi elaborado com base no Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN) que, mesmo considerando as intoxicações pelo uso de agrotóxicos como compulsórias desde 2004^[25], tais notificações não influenciaram as políticas e ações governamentais de forma imediata, mantendo a invisibilidade da questão.

No segundo mandato, algumas mudanças podem ser percebidas, ainda que de forma sutil, no programa de governo para as eleições^[26], pois há um redirecionamento de visão e posicionamento em relação aos papéis da indústria e do agronegócio.

Foi possível observar que, em alguns documentos, há uma amenização dos termos escolhidos para mencionar o uso da tecnologia. Em vez de “agrotóxicos”, são empregados termos como “insumos” e “defensivos agrícolas”, que suavizam a essência tóxica desses produtos.

Período 3: Governo Dilma, 2011 a 2015

Nesse período, os desdobramentos das políticas direcionadas à agricultura, tanto para a familiar quanto para o agronegócio, são intensos. As ações voltadas ao agronegócio ganham força e alcançam recordes de produção, principalmente nas lavouras de soja^[27,28].

Os registros das intoxicações aumentam, assim como a inserção de dados nos sistemas de notificação de intoxicações. No SINAN, o número de intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola foi de 2.606 casos em 2010 e 4.423 casos em 2014^[29], um incremento de quase 70% nas notificações em quatro anos. Ademais, surgem políticas específicas para realizar a transição agroecológica^[30], forma de produção que combate fortemente o uso dos agrotóxicos, visando uma agricultura sustentável e com qualidade de vida e dignidade para o(a) trabalhador(a) rural.

Em paralelo, outras políticas propõem a flexibilização dos procedimentos relativos à proteção da propriedade intelectual sobre cultivares vegetais e

variedades alimentares, para facilitar a exploração e incorporação dos alimentos transgênicos na agricultura^[27].

Fica evidente, portanto, que as ações governamentais são extremamente contraditórias. Se por um lado há estímulo a práticas e métodos de produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, por outro há flexibilização da legislação para favorecer a exploração e concentração de terras, permitir a entrada de outras sementes transgênicas que comprometem as variedades crioulas e a biodiversidade, dentre outros.

Em todos os planos, o agronegócio é tratado de forma independente da agricultura voltada para o consumo. É considerado uma vantagem comercial que sustenta a economia e que é o grande trunfo de competitividade brasileira em âmbito internacional^[31].

Há também menção sobre a necessidade e desenvolvimento de novas tecnologias para redução da utilização de recursos naturais^[31], o que soa quase que como uma ironia, visto que a grande degradação ambiental é resultado justamente do uso desenfreado de tecnologias (como máquinas, aviões pulverizadores e agrotóxicos)^[32].

Em paralelo a esse processo, durante a Gestão Dilma a reforma agrária é desacelerada e não é elegida como uma ação estruturante para combater a miséria rural, privilegiando-se apenas sua superação por meio de programas de transferência de renda. Além disso, intensifica-se o incentivo ao agronegócio, especialmente por meio de crédito rural^[33]. Tais posturas governamentais favorecem a exacerbação do uso de agrotóxicos no país, pois se privilegia um modelo de agricultura dependente desses insumos.

Assim, no mesmo ano em que o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos^[5] instâncias de controle social como o CONSEA lançaram cartilhas sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em repúdio ao ato^[23], além do crescimento do número de publicações, pesquisas, teses e dissertações que abordam e denunciam os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde com inclusão do(a) trabalhador(a) rural.

Em 2011, foi lançado o documentário de Silvio Tendler^[34], *O Veneno está na Mesa 1*, com caráter de denúncia que teve grande repercussão nacional. O documentário se propõe a revelar o processo de produção agrícola nacional mostrando como os direitos humanos dos(as) trabalhadores(as) rurais são violados diariamente em sua prática laboral.

Publicado também em 2011, o relatório da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT) traz uma série de recomendações para que os impactos dos agrotóxicos à saúde do(a) trabalhador(a) rural sejam visibilizados e evitados^[35].

No referido relatório, são apontadas as principais questões a serem priorizadas por cada estado da federação e, em 15 deles, há menção aos agrotóxicos^[35]. No entanto, para o estado do Mato Grosso (MT), que possui maior atividade rural com monocultivos e uso agrotóxicos, as intoxicações por agrotóxicos não aparecem como prioridade em relação à saúde do(a) trabalhador(a) rural^[35].

Em 2012, foi autorizada, pelo Fundo Nacional de Saúde, a alocação de recursos aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal para o fortalecer a “Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos”^[36].

Nesse contexto de emergência da temática da intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais, o posicionamento mais incisivo de autores foi observado na publicação do Dossiê da ABRASCO^[5]. Tal documento destaca que, mesmo com tantas falhas no Sistema de Vigilância em Saúde (SNVS), é possível, em conjunto, trazer força política, com embasamento científico, ao problema gerado à saúde dos(as) trabalhadores(as) rurais pela forma de produção, principalmente das *commodities* (soja, milho, cana...) no Brasil^[5].

Assim, mesmo que haja falhas, subnotificações e dificuldades, já existem dados suficientes, tanto na literatura nacional quanto na internacional, que comprovam que o direito à saúde é violado quando mulheres e homens são expostos a situações laborais de risco.

Em relação à legitimidade das políticas implementadas, apenas duas foram capazes de refletir

o modo de agir e pensar dos movimentos sociais: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), lançada em 2012^[30], e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), lançada em 2013^[37].

Pela importância e relevância, acredita-se que a implementação de tais políticas deve ser estimulada e apoiada por meio de projetos de pesquisa e extensão nas universidades, atuação de professores e pesquisadores, bem como pela intensa participação popular.

As referidas políticas foram elaboradas com participação ativa das instituições como a ABRASCO, INCA, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), ENSP/FIOCRUZ, e movimentos sociais como a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e a Pela Vida, MST, ONGs e organizações estudantis, além de instituições de pesquisa e ensino fundamentais no preparo dos documentos junto ao MDS, MS e MDA.

Em 2015, algo muito interessante emerge das discussões que ocorreram durante a 4ª CNSTT, quando a instância assume uma posição clara e contrária aos agrotóxicos^[38]. Assim, com base em seu caráter de controle social e a consequente legitimidade para representar a sociedade diante desse problema, a 4ª CNSTT permite que as intoxicações por agrotóxicos conquistem uma parte do debate com atenção especial aos riscos dos agrotóxicos na saúde do(a) trabalhador(a) rural e como ela tem sido negligenciada por todos os setores governamentais.

Nesse processo, iniciado em 2012 com a PNAPO, seguido em 2013 com a PNSIPCF, e em 2015 com a 4ª CNSTT, há evidências que pesquisadores(as) ativistas influenciam de forma contundente as políticas públicas e, nos casos aqui apresentados, são agentes importantes na construção da visibilidade da questão das intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores(as) rurais.

Para sintetizar as informações deste trabalho, estão listadas no quadro a seguir as principais ações ministeriais, descritas por ano, provenientes dos ministérios analisados: MAPA, MS, MDA e MDS, além de alguns movimentos sociais (MOV), de 2001 até 2015. Inclui-se também ações de alguns institutos, associações, autarquias, bem como ações diretamente

ligadas a temas como dos organismos geneticamente modificados (OGM), que são essenciais para entender a questão dos agrotóxicos no Brasil.

Quadro 1. Ações ministeriais, movimentos sociais e os agrotóxicos, de 2001 a 2015

2001
Instituto da Cidadania –Lançamento do Projeto Fome Zero. MS – Início do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA).
2002
Fundação Perseu Abramo –Lançamento do Projeto Vida Digna no Campo. MS –Lançamento do 5ª Guia de Vigilância Epidemiológica (GVE), onde é removido o capítulo da quarta edição que trata da vigilância em saúde a populações expostas e intoxicadas por agrotóxicos. Decreto presidencial –Publicação do Decreto nº 4.074 que regulamenta a Lei nº 7.802 de 1989 (Lei dos agrotóxicos).
2003
MS – Publicação do Decreto nº 4.680 que institui que alimentos com teor maior de 1% de transgênicos devem ser rotulados. MDA –Criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). MDS – Recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(CONSEA) e criação do Bolsa Família.
2004
MS –Publicação da Portaria nº777 que torna compulsória a notificação dos agravos à saúde do trabalhador. MOV –Criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).
2005
MS –Lançamento do 6ª GVE e da Nova Ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) baseada na do SINTOX. Decreto presidencial –Publicação da Lei nº 11.105 que oficializa as ações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).
2006
MDS –Publicação da Lei nº 11.346 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN) que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
2007
MS –Publicação da Portaria nº 397 que institui diretrizes para elaboração, implementação e acompanhamento de ações de vigilância em relação aos riscos e agravos decorrentes dos agrotóxicos. OGM –Lançamento da Política Nacional de Biotecnologia.
2008
MDA – Lançamento do Programa Mais Alimentos, do Plano Sociobiodiversidade, e do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária. MOV – Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos.
2009
MS –Lançamento do 7ª GVE. MDA – Publicação da Resolução nº 38 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que promove a inclusão de produtos fornecidos pela Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.
2010
OGM – Liberação de variedades transgênicas de soja, milho e algodão.
2011
MS –Publicação da Portaria nº 104 que institui que as notificações de intoxicação por agrotóxicos passem a ser compulsórias no SINAN. MOV –Criação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. MOV –Lançamento do Documentário: O Veneno está na Mesa 1, de Sílvio Tendler.
2012
MDA –Lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). MS –Publicação da Portaria nº 2.938 que autoriza repasse de fundos para fortalecer a vigilância em saúde para grupos populacionais expostos aos agrotóxicos. MS –Criação da Política Nacional de Saúde do trabalhador e da trabalhadora (PNST). MOV –Lançamento do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO): Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde. Primeira parte.
2013
MS –Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). MDA –Lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).
2014
MOV – Lançamento do documentário – O veneno está na mesa 2, de Sílvio Tendler
2015
MS –Realização da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. MOV –Posicionamento do Instituto Nacional do Câncer(INCA) em relação ao uso de agrotóxicos. MOV –Lançamento do Dossiê da ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde. Segunda parte.

Fonte: MAPA/MS/MDA/MDS/ABRASCO/Decretos presidenciais/Instituto da Cidadania/INCA (2001-2015)

CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho, foi possível observar que o discurso em torno do uso dos agrotóxicos tem sido pautado ao longo dos anos, especialmente, em argumentos institucionais e econômicos, com ênfase na justificativa da necessidade de aumentar a produtividade e a lucratividade.

Mais recentemente, surgem questionamentos sobre a segurança e a qualidade dos alimentos e os direitos do consumidor, que prezam por alimentos saudáveis e com transparência em sua cadeia de produção. Em ambos os casos, o(a) trabalhador(a) é negligenciado(a).

A partir de 2003, ações direcionadas à SAN, o discurso pela reforma agrária e atenção ao agricultor familiar ganharam mais visibilidade. As propostas de governo, que antecederam a eleição do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, apontavam que maior atenção seria direcionada ao(a) trabalhador(a) rural. O que de fato não aconteceu.

Foi possível observar uma discrepância muito grande entre os diferentes setores governamentais em relação aos impactos da utilização dos agrotóxicos pelos(as) trabalhadores(as) rurais. Há divergências na forma como concebem o processo produtivo, nos interesses de cada setor e na percepção de risco no uso das substâncias. Assim, a intensificação do uso de agrotóxicos e o aumento das notificações de casos observados nos anos subsequentes, mesmo em cenário onde ainda havia muitas subnotificações, confirmam que os interesses diversos nos setores governamentais superaram a proteção à saúde coletiva, aqui representada pelos(as) trabalhadores(as) rurais.

A atenção à saúde do(a) trabalhador(a) rural ganha visibilidade, principalmente, por meio de estudos e trabalhos acadêmicos elaborados por pesquisadores considerados ativistas. Assim, mostrou-se a importância da pesquisa com compromisso social como influenciadora das políticas públicas, pois a geração de conhecimentos sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde de trabalhadores(as) rurais redirecionou parte dos holofotes para os invisíveis, visibilizando-os.

REFERÊNCIAS

- [1] FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma: FAO, 2017.
- [2] Rigotto RM, Carneiro FF, Marinho AMCP, Rocha MM, Ferreira MJM, *et al.* O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2012; 17(6):1533-1542.
- [3] Chaim A. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: Silva C, Fay EF. *Agrotóxicos & Ambiente*. Brasília: Embrapa; 2004. p. 289-317.
- [4] Pignati WA, Machado J, Cabral J. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2007;12(1):105-114.
- [5] Carneiro FF, Rigotto RM, Augusto LG, Friedrich K, Búrgio AC. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular; 2015.
- [6] Tosetto, EC. Identificação das causas das subnotificações das intoxicações da população exposta a agrotóxicos: estudo de caso de Laranjeiras do Sul – PR. [dissertação]. Laranjeiras do Sul: Universidade Federal da Fronteira Sul; 2016.
- [7] Brasil. SINAN: Notificação Individual [internet] [acesso em 15 abr 2018]. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/notificacoes>.
- [8] Shiva V. Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. In: Santos BS. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2004. p. 268-285.
- [9] Mendonça ML. O agronegócio como instrumento de manutenção do modelo neocolonial no campo brasileiro. In: *Direitos Humanos no Brasil: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: RSJDH; 2013. p. 25-29.
- [10] Coligação Lula Presidente. Programa de governo 2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.

- [11] Yamamoto A. Agroecologia e desenvolvimento Rural. [dissertação]. Piracicaba:Universidade de São Paulo; 2005.
- [12] Brasil. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 11 jul 1989.
- [13] InstitutoCidadania. Projeto Fome Zero. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães; 2001.
- [14] Coligação Lula Presidente. Saúde para a família brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.
- [15] Coligação Lula Presidente. Vida Digna no Campo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.
- [16] Coligação Lula Presidente. Meio Ambiente e Qualidade de Vida. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.
- [17] Brasil. Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 2007.
- [18] Brasil. Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual para 2004-2007. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 2003.
- [19] Brasil. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União. 16 jul 2009.
- [20] Brasil. Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA). Relatório de atividades de 2010. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA; 2010.
- [21] CONSEA. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Recife: Ministério da Saúde/CONSEA; 2004.
- [22] CONSEA. Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento Final. Brasília: Ministério da Saúde/CONSEA; 2007.
- [23] CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: Ministério da Saúde/CONSEA; 2010.
- [24] Brasil. Portaria nº 2.607, de 10 de dezembro de 2004. Aprova o Plano Nacional de Saúde/PNS – Um Pacto pela Saúde no Brasil. Diário Oficial da União. 10 dez 2002.
- [25] Brasil. Portaria nº 777, de 28 de abril de 2004. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial da União. 28 abr 2004.
- [26] Coligação Lula Presidente. Lula de novo com a força do povo. Programa de Governo 2007-2010. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2006.
- [27] Coligação Dilma Vana Presidenta. Eleição 2010. Para o Brasil seguir mudando. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2010.
- [28] Brasil. Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual para 2012-2015. Plano Mais Brasil: mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 2012.
- [29] Brasil. Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net. [internet]. [acesso em 19 mar 2017]. Disponível em:<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/Intoxbr.def>.
- [30] Brasil. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2013.
- [31] Brasil. Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 2011.
- [32] PignatiWA, Machado JM. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso. In: GomezCM,MachadoJMH, PenaPGL. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011. p. 245-272.
- [33] Cosme CM. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível a classe trabalhadora. Rev. Pegada. 2016;17(1):313-343.
- [34] Tandler S. O veneno está na mesa (Documentário). Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográfica; 2011.

[35] Brasil. 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério do Trabalho; 2011.

[36] Brasil. Portaria nº 2.938, de 20 de dezembro de 2012. Autoriza o repasse do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal, para o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, destinado aos Estados e Distrito Federal. Diário Oficial da União. 20 dez 2012.

[37] Brasil. Portaria nº 2.866, de 02 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Diário Oficial da União. 02 dez 2011.

[38] Brasil. 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério do Trabalho; 2015.